

, DE 2007

(Do Sr. **João Dado**)

Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a real importância do “horário de verão”.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministr de Estado de Minas e Energia o seguinte pedido de informações:

- esclarecimento, consubstanciado com dados, sobre a real importância do “horário de verão” para a gestão do setor elétrico nacional;
- consistência dos resultados de economia atingidos e divulgados;
- custo x benefício da medida, levando em conta o desconforto imposto à grande parte da população;
- previsão quanto à reedição da medida em futuro próximo.

JUSTIFICAÇÃO

Temos observado, ao longo dos anos, os governos sucessivos noticiarem que “o resultado do último período de vigência do horário de verão” foi admirável, representando uma economia equivalente ao consumo

de um mês, dois meses, etc. de cidades como Goiânia, Santa Maria, Brasília, etc. Ao fim, acrescentam que se economizou cerca de 1,0% ou mesmo 0,5% de um valor qualquer

Ao lado disso, vê-se que espontânea, patriótica, brasileira, os consumidores chegaram, em tempos de necessidade, a economizar mais que 20% no consumo médio de cada residência.

A insistência com que recebemos reclamações, principalmente de produtores e trabalhadores rurais, que iniciam o trabalho do campo às 5 horas, o prejuízo causado aos idosos e às crianças que despertam cedo para irem às creches e escolas, me levam a questionar quanto às reiteradas edições de decretos estabelecendo o horário de verão, a monótona apresentação ou reapresentação de proposições legislativas visando a coibir a implantação do “horário de verão”, enfim, as discussões sobre a validade ou não dessas iniciativas deixam-nos a sensação de que tais medidas são mais fruto das tendências voluntaristas de uns e outros, sem levar em consideração dados e valores concretos.

Nossa solicitação prende-se à necessidade de tomada de posição sobre o assunto ou de bem informar nossos concidadãos sobre os parâmetros reais observados na decretação dessas freqüentes alterações no horário convencional.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado **JOÃO DADO**